

Jornalismo online: do contexto de produção imediatista ao surgimento do jornalista avaliador de conteúdos¹

Ícaro Gonçalves dos SANTOS²
Mestrando
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

As rotinas produtivas das organizações jornalísticas em meio as sociedades informatizadas foram profundamente alteradas, especialmente com o advento do jornalismo online. A publicação quase imediata das informações passou a ser uma norma entre os sites noticiosos, mas tal prática tem conduzido a graves problemas relativos à queda de qualidade editorial. O presente trabalho levanta questões a respeito das mudanças ocorridas no jornalismo após a informatização das redações e consolidação do jornalismo online (ou webjornalismo), os reflexos do imediatismo na produção das notícias e nos valores que constituem o *ethos* jornalístico, além de possíveis caminhos para construção de legitimidade social ao jornalismo online.

Palavras-chave: História da Mídia Digital; Jornalismo *On Line*; Imediatismo; “Jornalista Sentado”; Credibilidade Jornalística.

A informatização das redações e o surgimento do jornalismo online

As primeiras redações jornalísticas informatizadas datam da década de 1970 nos Estados Unidos, onde foram introduzidos os primeiros sistemas eletrônicos de editoração. No Brasil, os microcomputadores foram introduzidos nas redações durante a década de 1980 (BALDESSAR, 2001, p. 2). As inúmeras máquinas de escrever, os amontoados de laudas à espera de edição, os papéis carbono, as régua de *Paica*, e demais equipamentos característicos do trabalho jornalístico aos poucos foram cedendo espaço para os computadores, capazes de operar várias funcionalidades em um só equipamento e em um curto período de tempo.

Conforme aponta Silva (2013, p. 7), a introdução dos sistemas informatizados nas redações e a inclusão do computador nas rotinas produtivas dos jornais possibilitou maior agilidade ao processo de produção, além de trazer maior rapidez de pesquisa e um crescente volume no fluxo de envio e recebimento de informações. Tais mudanças aconteceram de

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Digital, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Mestrando em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Jornalista pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). E-mail: icarogon1@gmail.com.

forma gradual, sendo que inicialmente os microcomputadores eram adquiridos pelos próprios repórteres como substitutos para as máquinas de escrever, e só mais tarde as organizações os compraram para uso regular de seus profissionais (LIMA JUNIOR, 2008 apud SILVA, 2013). Contudo, este processo também gerou exigência de maior qualificação e especialização dos jornalistas, e enfrentou, como era de se esperar, resistência e desconfiança entre aqueles acostumados ao modelo tradicional de trabalho, que viam a introdução dos novos dispositivos como possíveis ameaças a seus cargos.

De fato, os jornalistas precisaram se adaptar à nova realidade. Conhecer e saber operar os novos equipamentos se tornou fundamental, caso contrário estariam sob risco de demissão/substituição, especialmente quando os computadores foram conectados às redes internas e ao ciberespaço, o que impulsionou ainda mais as transformações no processo de produção de notícias (MACHADO, 2003 apud SILVA, 2013). Como aponta Silva (2013, p. 8), os profissionais “passaram a escrever seus artigos, editá-los, inserir os títulos e calcular sua extensão e passá-lo à seção tipográfica diretamente do seu terminal”, o que eliminou a necessidade de uma função específica para editar e calcular o tamanho de um texto na página. Ou ainda, com o uso de *softwares* que apontavam automaticamente a existência de erros ortográficos, gramaticais ou de estrutura textual, eliminou-se a necessidade da função de copidesque (*copy desk*) dentro das redações.

As mudanças na redação são percebidas pelos jornalistas de diversas formas, não só no ambiente e na estrutura física. Mas, também, uma nova relação com o texto, em termos de mobilidade e rapidez, estabelecida através do computador e de suas possibilidades no processamento e arquivo de texto. (...) A partir das estações de trabalho informatizado é possível, através de determinados softwares, saber quem trabalha em determinada mesa, quem está utilizando determinada máquina, o teor de cada versão escrita e quanto tempo o jornalista demora para executar as tarefas (BALDESSAR, 2001, p. 2-3).

O processo industrial de produção de um jornal, com múltiplos profissionais e cargos bem definidos, deu espaço a um ambiente no qual o jornalista passou a exercer multifunções, sendo dele exigidas capacidades de “apurar, redigir, revisar e diagramar” os materiais jornalísticos com maior rapidez e menor custo (BALDESSAR, 2008 apud SILVA, 2013, p. 12). Conforme nos relata Silva (2013, p. 11), a informatização foi um verdadeiro divisor de águas para o jornalismo, reformulando “quase que por completo o processo de produção de notícias dentro das redações”, sendo o elemento que para Marcondes Filho (2002, p. 34) possibilitou ao jornalismo uma segunda “grande revolução” – sendo a primeira a criação das rotativas e da imprensa de massa.

Embora tenha causado conflitos relativos à extinção de cargos, a informatização se mostrou um enorme e positivo avanço tecnológico aos jornais, consolidando-se como aparato necessário à sua produção já no início da década de 1990. Contudo, os computadores e as redes ainda eram usados apenas para auxiliar a produção de um jornal impresso. Foi somente em 1995 que se iniciou o jornalismo online (ou webjornalismo)³ no Brasil, ou seja, uma nova conjuntura de publicação e consumo de jornalismo nunca antes vista, com uso e dependência progressiva da internet e crescente velocidade na produção dos materiais jornalísticos. Foi a partir desse momento que o conteúdo jornalístico passou a ser consumido pelo público também pela internet.

O pioneiro a disponibilizar uma edição completa de seu periódico na internet foi o Jornal do Brasil, em 28 de maio de 1995, seguido no mesmo ano pela Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo (BARSOTTI, 2014; SOSTER, 2006). Esse primeiro momento de publicações jornalísticas na *web*, ainda num processo de exploração e descoberta de seus atributos, foi chamado de fase transpositiva na distinção feita por Silva Jr. (2002 apud BARSOTTI, 2014, p. 110-111), sendo sucedida pela fase perceptiva, e por último, a atual fase hipermediática.

Segundo o autor, na fase transpositiva a internet era usada como uma “vitrine” das notícias, reportagens e demais produtos noticiosos originalmente produzidos em outras mídias. Os materiais quase não eram atualizados após a publicação, ficando sujeitos à rotina e ao *deadline* de produção de seus formatos de origem. Basicamente, a *web* era uma plataforma para reprodução fidedigna dos jornais físicos. Já a fase perceptiva se caracterizou pela implementação de recursos e ferramentas próprias da internet. Os sites ainda reproduziam os jornais físicos, mas já exploravam possibilidades interativas, como “o uso de links e de enquetes, e o e-mail [...] como forma de comunicação entre o jornalista e o seu público”. Houve a disponibilização das edições anteriores em forma de acervo. Por último, a fase hipermediática é atualmente marcada pelo alto uso das potencialidades disponíveis nos ambientes virtuais. Faz-se uso das propriedades de hipermídia, conceito usado para referir-se aos elementos que somam hipertextos (textos ligados por links que permitem uma leitura não linear) e multimídia (fotos, vídeos, áudios, textos, infográficos animados) em uma mesma plataforma. Além disso, nesta fase criaram-se novas rotinas produtivas para suprir as demandas dos usuários da internet (SILVA JUNIOR, 2002 apud BARSOTTI, 2014).

³ Existem diferenças conceituais entre os termos jornalismo eletrônico, jornalismo digital, ciberjornalismo, jornalismo online e webjornalismo que não serão pormenorizadas neste trabalho. Para isso, recomendamos a leitura do trabalho de Mielniczuk (2003).

Se a informatização introduziu uma nova relação entre jornalista e texto, conforme observado por Baldessar (2001) e Silva (2013), o surgimento do jornalismo online e sua evolução à fase hipermediática foi responsável por reformular a relação dos jornalistas para com seu público. Isso porque, conforme Barsotti (2014, p. 108), a evolução e o acesso às tecnologias se consolidaram em toda a sociedade, dando maior poder comunicativo à população. O acesso à internet possibilitou o rompimento do monopólio informativo das grandes empresas de comunicação de massa, que não ditam mais o que deverá ser lido no jornal impresso ou escutado no boletim de rádio/televisão, pelo menos não no ambiente virtual. Foi o surgimento de um modelo chamado de *bottom-up news* (notícias de baixo para cima), conforme a definição de Bowman e Willis (2003), onde a construção da mensagem é fortemente influenciada pela participação dos leitores (internautas), em contraposição do modelo *top-down news* (notícias de cima para baixo), mais rígido e menos interativo, onde as decisões são centralizadas e unilaterais.

Essa nova relação é relatada por Bardoel e Deuze (2001 apud BARSOTTI, 2014, p. 107) ao analisarem as mudanças ocorridas por essa dinâmica nos níveis tecnológico, sociocultural e profissional do campo jornalístico. Segundo os autores, no plano tecnológico o acesso à *web* possibilitou uma desintermediação efetuada por jornalistas entre os conteúdos e o público consumidor. O jornalista, que anteriormente era o único capaz de intermediar essa relação, vem perdendo espaço “na medida em que todos têm acesso aos meios de publicação e distribuição”. No plano sociocultural, os indivíduos ganharam maior liberdade para escolha de consumo, podendo escolher entre o conteúdo da seleção jornalística ou aquele produzido por outros intermediadores. Já no plano profissional, os jornalistas se veem desafiados pela revolução trazida pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, sendo deles exigida maior transparência, responsabilidade e interatividade.

Basicamente, como ressaltam Bardoel e Deuze (2001), “as relações entre jornalista e seu público mudaram em benefício do último”, de forma a alterar, talvez irreversivelmente, a antiga e prestigiada posição superior da imprensa na hierarquia vertical de emissor-receptor por um modelo mais horizontal e de maior participação popular no processo de produção de notícias. Os jornalistas, como aponta Barsotti (2014, p. 108), “passaram a dividir o saber de produção discursiva da notícia – e, portanto, as relações de poder-saber vinculadas à ordem do discurso jornalístico – com o público”.

Embora a informatização tenha trazido a toda sociedade uma promessa de acessibilidade à comunicação, e o jornalismo online, benefícios financeiros aos jornais,

veremos a seguir que este cenário também trouxe consigo prejuízos à qualidade da informação.

Os problemas do imediatismo e a nova rotina produtiva

O jornalismo online – ou para Marcondes Filho (2002), de Quarta Geração – reformulou as estruturas já consolidadas pela instituição jornalística, possibilitando ao jornalista a execução de seu trabalho de forma muito mais ágil e com acesso a uma imensidão de informações de forma quase instantânea. Contudo, a revolução tecnológica que deveria elevar o trabalho jornalístico a patamares de qualidade nunca antes vistos aparentemente tem feito o contrário. A vastidão de possibilidades e de facilidades oferecidas pela informatização trouxe consigo uma aparente acomodação por parte dos jornalistas (não todos, a que se dizer), que ao invés de utilizarem estas possibilidades para impulsionar o papel de defensor do interesse público, dão vazão a textos superficiais, escassos de engajamento social, o que está profundamente relacionado à exigência de produção imediatista.

O fato é que gradualmente foi-se exigindo habilidades de manuseio dos novos aparatos tecnológicos e capacidade de produção em tempo cada vez menor, mas deixando de lado a perícia e a astúcia investigativa inerentes ao antigo jornalista. Martinez (2007 apud DEIRO, 2014, p. 3) observa que atualmente muitos dos jornalistas são jovens que lidam facilmente com *softwares* no cotidiano de produção, mas são carentes de experiência profissional. Trabalham sem filtros ou revisões (o texto raras vezes é enviado a um editor antes de ser publicado). Com isso, aponta o autor, “o jornalismo online herdou a agilidade das antigas agências de notícia, mas não prioriza da mesma forma a preocupação com a checagem”. Além disso, os jornalistas recorrentemente precisam exercer multitarefas em plataformas multimídias, incluindo monitoramento de redes sociais, edição de material audiovisual e, em alguns casos, diagramação e programação de websites (REIS; THOMÉ, 2017), o que dificulta se especializarem e adquirirem expertise em uma área específica.

Neste sentido, Marcondes Filho (2002, p. 37) observa que esse processo natural de informatização, como “variável independente” que reformulou o jornalismo, mas também toda a vida humana, impondo-lhe um estilo de vida imediatista, tem colocado em risco valores decisivos ao trabalho jornalístico. Valores como “o trabalho atento, cuidadoso, criterioso, lento com o objeto, o componente humano não redutível a *bit* (paixões, emoções, sensibilidades) e as questões éticas” têm sido soterrados pelo frenesi da digitalização. Na mesma direção, Deiro (2014, p. 9) observa que “as mudanças nas rotinas de produção, com

a aceleração do ritmo de elaboração de matérias, vão de encontro ao papel de filtragem criteriosa das informações que o jornalismo, em crise, poderia assumir no ambiente de rede”, alertando que aquilo que atualmente é praticado nas redações jornalísticas online não parece estar de acordo com a deontologia profissional de checagem e apuração construída ao longo do tempo.

Um bom exemplo de dano causado à qualidade da informação devido a exigência de imediatismo é analisado por Deiro (2014, p. 1). Em janeiro de 2013, o portal *Veja.com* noticiou como matéria principal a informação de que os bancos Santander e Bradesco haviam anunciado uma fusão entre as empresas. A informação, que era inverídica, tinha como fonte “um suposto e-mail interno que circulava entre funcionários de um dos bancos” e ficou no ar cerca de 22 minutos antes de ser removida. Foi tempo suficiente para causar forte impacto no mercado financeiro. Conta o autor, com informações do site *Infomoney*, que a notícia de fusão de dois dos maiores bancos privados do Brasil fez com que fossem movimentados cerca de R\$ 32 milhões mesmo após o fechamento dos trabalhos na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) – sendo que, normalmente, o volume de negociações após o fechamento circulava em torno de R\$ 300 mil.

Para o autor, a priorização da agilidade em detrimento da profundidade, somado à relevância do site, que leva o nome de uma das revistas mais reconhecidas do país (*Veja*), abriu caminho para que o boato ganhasse “eco com uma facilidade aterradora”, de difícil reparação, mesmo após publicarem uma nota de retratação no dia seguinte. A questão é que nesse, como em muitos outros casos, o desejo de ser o primeiro a dar um ‘furo’ de tamanha relevância fez com que se ignorassem procedimentos que garantem a veracidade e a qualidade da informação.

A “barriga”, como é chamado popularmente o furo jornalístico que se mostra inverídico, seria apenas mais um caso de equívoco na imprensa, não fosse um exemplo sintomático de como a apuração tem perdido espaço para as exigências de velocidade no jornalismo online, mesmo em veículos que levam a vantagem de trazer para a internet uma reputação consolidada nas mídias tradicionais (DEIRO, 2014, p. 2).

Outro notório caso de erro causado pela exigência de imediatismo, apenas a título de exemplo, foi do jornalista Ricardo Noblat, que no dia 18 de maio de 2017 anunciou em sua coluna no portal de notícias *O Globo* que o então presidente da República, Michel Temer, iria renunciar ao cargo ainda naquele dia. A informação de evidente relevância jornalística, mas que se mostrou incorreta, circulou na maioria dos veículos de imprensa em questão de minutos, posteriormente causando descrédito à imagem do portal de notícias, mas

principalmente à do jornalista em questão. Deve-se ressaltar que, quando se fala em “exigência de imediatismo”, isso não significa necessariamente uma ordem requerida por um superior ao jornalista, mas também uma disposição de fatores expressos no mercado do jornalismo online, como o grande número de concorrentes, que exige agilidade ao noticiar ou o jornalista perderá espaço, cliques, e relevância, o que é abordado nas discussões relativas às teorias organizacional e *newsmaking*.

A autora Ihitz (2015) também debate os efeitos negativos ao trabalho jornalístico imerso na lógica imediatista contemporânea ao analisar o caso do jornalista Mario Sergio Conti, colunista dos jornais Folha de São Paulo e O Globo. Em 18 de junho de 2014, os jornais publicaram em seus sites uma entrevista realizada pelo jornalista com, supostamente, o então técnico da seleção brasileira de futebol, Luiz Felipe Scolari. A entrevista ocorreu em um voo comercial entre o Rio de Janeiro e São Paulo durante a realização da Copa do Mundo no Brasil.

Contudo, o fato é que Conti havia entrevistado um ator chamado Wladimir Palomo, sócia do técnico de futebol. As matérias foram retiradas do ar horas depois, e os veículos se retrataram pelo erro, mas no caso da Folha de São Paulo, a entrevista também havia sido publicada no jornal impresso, afetando negativamente ainda mais a imagem do jornal. Segundo Ihitz (2015, p. 199), o erro surpreendentemente não foi percebido nem pelo jornalista, nem pelos editores de ambos os jornais, mas poderia ter sido evitado com “um dos procedimentos mais básicos do jornalismo, a apuração”. Para a autora, o caso ocorreu devido a uma “ânsia pelo exclusivo [que] coloca toda a prática jornalística sob o signo da velocidade ou da precipitação. O resultado (...) pode ser desastroso. A credibilidade, um dos valores mais preciosos do jornalismo, foi duramente afetada”. O mesmo é observado por Bourdieu (1997 apud IHITZ, 2015) ao relatar que na lógica da audiência do campo jornalístico, a busca pela atenção dos leitores tem se transformado em uma busca por prioridade, por exclusividade.

(...) na lógica específica de um campo orientado para a produção desse bem altamente perecível que são as notícias, a concorrência pela clientela tende a tomar a forma de uma concorrência pela prioridade, isto é, pelas notícias mais novas (o furo) – e isso tanto mais, evidentemente, quanto se está mais próximo do polo comercial. (BOURDIEU, 1997, p. 106-107).

Esse desejo de atualização contínua e divulgação imediata dos conteúdos se tornou uma das características da notícia para *web*, como afirma Mielniczuk (2003 apud DEIRO, 2014, p. 3), e pode ser representado pelo surgimento de uma categoria – ou editoria – dentro dos sites jornalísticos chamada de “Últimas notícias” na qual, graças à agilidade de atualização, é possível “fazer o acompanhamento em tempo real dos fatos”. Contudo, se o

jornalismo foi alterado pela informatização a tal ponto de um fato se tornar notícia e poder circular o mundo em questão de minutos, o termo jornalista, que em sua concepção francesa significava analista do dia, ainda faria sentido em um cenário onde o ato de noticiar deve ser feito o quanto antes, e se possível, de imediato?

Essa é a crítica do autor Ramonet (2007 apud BARSOTTI, 2014, p. 112) ao afirmar que a função do jornalista não seria mais analisar o dia, mas sim o instante, uma vez que “a instantaneidade se tornou o ritmo normal da informação”. Neste sentido, o jornalista deveria passar a ser chamado de ‘instantaneísta’ ou mesmo ‘imediatista’.

Indo além, Sodré e Paiva (2011 apud DEIRO, 2014) argumentam que o atual cenário do jornalismo produzido na internet tem como características evidentes a baixa qualidade e o excesso de fontes. Os dois fatores, que possuem ligação direta entre si, contribuem para a criação de um ambiente de circulação acelerada de informações e de consolidação de boatos.

De fato, o trabalho do jornalista na internet enfrenta como concorrência um número gigantesco e cada vez maior de fontes de informação, muitas vezes executadas por não-jornalistas. Se anteriormente as notícias só poderiam ser publicadas mediante o desembolso de um alto valor para custear a publicação de um jornal ou o funcionamento de uma estação de rádio ou televisão, com a internet e a consolidação do modelo horizontal de comunicação elas podem ser dissipadas por qualquer pessoa com um *smartphone* e acesso à internet, mesmo sendo de veracidade duvidosa. Isso se deu porque, em um efeito análogo à multiplicação dos jornais *penny press* no século XIX, o avanço e conseqüentemente o barateamento das tecnologias possibilitaram não só o acesso generalizado à informação, mas também a sua produção e publicação por meio de *blogs* e redes sociais. Além, é claro, de inúmeros portais de notícias, sendo profissionais ou amadores, que surgiram exclusivamente na *web* devido ao baixíssimo custo quando comparados aos impressos.

Este cenário, como observa Marcondes Filho (2002, p. 113), contribui para a construção de um ambiente de desinformação, ou pior ainda, de ausência total de informação. Isso porque, segundo o autor, assim como o sentido grego da palavra *phármakon* – aquilo que na dose certa se torna remédio, mas em grandes doses se torna veneno –, o excesso ou o bombardeio informativo “narcotiza o receptor, para torná-lo indiferente à própria notícia”. O mesmo é relatado pelo autor Simon (1971 apud MEYER, 2007, p. 19) ainda no início da década de 1970, quando o problema da sobrecarga informativa era relativo aos jornais impressos. Segundo o autor, a riqueza de informação “significa a falta de outra coisa: a escassez daquilo que a informação consome. E a informação consome algo bastante óbvio: a atenção dos receptores”.

A riqueza de informação, portanto, cria a escassez de atenção e a necessidade de alocar essa atenção de forma eficiente em meio à superabundância de fontes de informação que podem consumi-la (SIMON, 1971 apud MEYER, 2007, p. 19).

E além de tornar os receptores apáticos e indiferentes às mensagens profissionalmente produzidas por jornalistas, fazendo com que o conhecimento gerado por uma notícia seja esquecido minutos depois de sua leitura, esta superabundância informativa causa ainda um outro efeito, talvez mais prejudicial que o primeiro, que é a banalização do “valor de verdade”. Conta-nos Marcondes Filho (2002, p. 114) que a atual “circulação anárquica de dados na rede” possibilita uma movimentação imprevisível e incontrolável de informações não checadas e de rumores, que podem causar danos à imagem de pessoas, instituições e até governos. Na realidade, o autor alerta que nos ambientes virtuais, o relato falso e enganoso pode circular livremente com o mesmo *status* da informação jornalística digna de credibilidade, prevendo, portanto, o cenário contemporâneo de circulação de *fake news*.

A Internet, por exemplo, é suporte de um sistema anônimo, de milhões de entradas, incontrolável, e pode funcionar aumentando, em progressão geométrica incalculável, pequenos informes, fatos não-comprovados, ou mesmo histórias falsas. Nesse processo, o jornalismo profissional é desconectado do controle do que é divulgado (MARCONDES FILHO, 2002, p. 114).

Nesse contexto, segundo Marcondes Filho (2002, p. 36), o profissional que anteriormente era caracterizado como o ‘cão de guarda do interesse público’ e que pertencia ao grupo chamado de Quarto Poder, se encontra atualmente imerso em um ambiente informatizado (de trabalho, mas também sociocultural) onde a ideologia do imediatismo impera soberana, e o jornalista se vê obrigado a competir por atenção com indivíduos não profissionais. Assim, o jornalista cada vez mais tem se transformado em um profissional que só trabalha “sentado”, que não sai mais em busca da verdade, que não mais investiga os fatos nem questiona os posicionamentos, mas que se contenta em apenas comunicar o que for lhe repassado, muitas vezes republicando um texto de uma agência de notícias sem nem ao menos editá-lo, como constata Fábio Pereira (2003, p. 78) ao entrevistar o editor online do portal CorreioWeb (ligado ao Correio Braziliense), Giulliano Fernandes. Segundo Pereira, à época de sua pesquisa, a rotina daquela organização na produção de notícias para internet consistia “na transposição, com ou sem adaptação, de material informativo produzido por outros meios, sejam eles jornalísticos ou não”.

Na verdade, a gente abre milhares de sites e fica checando todos. Eventualmente, a gente lê, pega as notícias de dois ou três sites, junta e faz

uma nossa (GIULLIANO FERNANDES, coordenador de ‘Últimas’ do CorreioWeb, em entrevista à FÁBIO PEREIRA, 2003, p. 78).

Em meio a este cenário, Marcondes Filho (2002, p. 36) observa que as antigas habilidades investigativas e linguísticas dos jornalistas foram suplantadas por “um disciplinamento técnico”, que mais se preocupa com a rápida entrega do material do que com sua qualidade.

Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou que melhor escreve. Ele deve ser uma peça que funciona bem, “universal”, ou seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 36).

O Jornalista sentado e/ou produtor de conteúdo

Buscando designar esse novo paradigma no exercício da profissão, o termo “jornalista sentado” já foi usado por autores ao observarem o surgimento de um estilo sedentário de trabalho jornalístico, que contrariava a natureza móvel e nômade do trabalho investigativo *in loco* realizado até então. Conforme observa Neveu (2006 apud BARSOTTI, 2014, p. 110), ainda na década de 70 o autor Jeremy Tunstall distinguiu “uma oposição de funções nas redações entre os *processors* e os *gatherers*, que em português seriam os repórteres (em francês, *debout*, de pé) e os redatores (em francês, *assis*, sentado)”. Já para Innis (1971 apud PEREIRA, 2003, p. 78), essa distinção entre jornalistas que vão a campo e estabelecem contato com as fontes, e jornalistas que trabalham com a produção dos textos dentro das redações remonta ao século XIX, com a invenção do telefone em 1876, que dividiu o trabalho do repórter entre “*leg man* que visitava as fontes de notícias e o *rewrite man* que recebia a informação via telefone e a preparava para a publicação”.

Embora não seja um efeito novo, o perfil do jornalista sentado encontrou na atual sociedade em rede um cômodo e economicamente sustentável estilo de produção jornalística. Como explica Pereira (2003, p. 78), “a internet (...) radicalizou esse tipo de produção ao centrar-se na publicação de informações provenientes, sobretudo, de fontes externas”. E as organizações jornalísticas aceitaram bem essa práxis produtiva, uma vez que, devido a necessidade de atualização contínua das notícias, seria mais fácil ter o repórter sempre à disposição na redação, e devido a necessidade de cortar custos, seria mais fácil ter um repórter que apenas republica conteúdo de terceiros do que ter um que necessita ir a campo para produzir notícia (o que demanda gastos com o deslocamento).

O problema é que a prática deste jornalismo sentado e sedentário pode ser o reflexo comportamental de um sedentarismo mental, como revela Deiro (2014, p. 7) ao analisar as

ideias de Baitello Junior (2012). Segundo o autor, como a produção do jornalismo online é “cada vez mais dependente do olhar do outro, muitas vezes sem pessoal para ir às ruas, a prática do pensamento crítico por parte dos profissionais de imprensa tende a se acomodar da mesma forma”, afastando o jornalista das experiências e experimentações que o permitem uma formação de opinião crítica, racional e embasada.

Além disso, esse comodismo conduz à criação de um círculo fechado e vicioso de informações, onde jornais online tendem a diminuir o número de notícias criadas com base em fontes primárias ou secundárias (envolvidos no fato ou especialistas) e aumentar o número daquelas baseadas no que foi visto em outros jornais ou agências de notícias, que por sua vez noticiam tendo como fonte outros jornais ou agências de notícias, e assim sucessivamente, em um processo auto-referencial. Ou seja, como comenta Soster (2006, p. 2), os jornais online “buscam em seu próprio corpo [os media] o ‘alimento’ que necessitam, em um processo autofágico. Em o fazendo, interrompem a lógica da referencialidade externa, um dos componentes da credibilidade jornalística”. Ou ainda, na visão de Marcondes Filho (2002, p. 41), “os meios de comunicação falam de si mesmos, criam as notícias que de fato deveriam ser buscadas exteriormente, (...) em suma, constroem um universo para si próprios e o colocam no lugar do mundo externo, de todo mundo”.

Tal prática é corroborada por Barsotti (2014). Em sua pesquisa com metodologia de observação participante com editores dos jornais online O Globo e Extra, a autora observou que em ambos os casos era rotineira a busca por possíveis novas notícias em sites jornalísticos concorrentes. A dependência também se estendia às matérias criadas pelos repórteres dos jornais impressos de suas respectivas organizações.

A todo instante, ele [editor do Extra online] checava portais de internet e o site de O Globo para verificar se a concorrência estava dando destaque para alguma notícia ainda não disponível no site do Extra com o objetivo de também oferecê-las ao seu público. Em duas ocasiões, captou em veículos concorrentes notícias que interessariam a seu público (BARSOTTI, 2014, p. 202-203).

Embora em sua pesquisa Barsotti (2014) tenha observado que os editores guardavam cuidados relativos à checagem das informações, isso aparentemente tem se mostrado como comportamento de exceção. Como resultado, o modelo de produção de notícias para os jornais online tem desconfigurado os próprios elementos que caracterizam o jornalista como tal. Na visão de Moretzsohn (2000 apud DEIRO, 2014, p. 6), este processo de desconfiguração fomentou um cenário onde “jornalismo passa a se chamar ‘conteúdo’, palavra que define agora o que os repórteres devem produzir para se adaptar a todos os

veículos da empresa”. Se antes o objetivo do jornalismo era informar, levando até a população os debates necessários à sua participação na esfera pública, hoje a informação tem se tornado objetivo coadjuvante, onde o que mais vale é o ato de divulgar, de conquistar mais cliques e acessos, de reter o leitor por mais tempo no seu site, pouco importando o que seja divulgado.

Nessa mesma direção, Lavoine (1991 apud MARCONDES FILHO, 2002, p. 38) afirma que o jornalista foi transmutado em comunicador, ou seja, “um especialista em matéria de formas eficazes: gráficas, linguísticas, icônicas; um especialista no tratamento de dados, às vezes esparsos, que ele adapta a este público que ele precisa sempre reconstituir”. Se transformou em um profissional superficial, que não busca as notícias, mas que as recebe facilmente em seu e-mail pelas agências de imprensa, que conhece bem as fórmulas de atrair a atenção de leitores, montando de forma agradável o conteúdo que rapidamente publica, mas que é essencialmente vazio de informação autoral.

O debate se amplia ao analisarmos os recentes estudos teóricos acerca do jornalismo online que fez surgir a teoria do *gatewatching*, sugerida pelo autor Bruns (2005) através de uma revisão crítica da teoria do *gatekeeping*. Segundo o autor, o jornalista online não seria mais um *gatekeeper*, ou um “porteiro” que filtra e seleciona os fatos que deverão ser notícia. Atualmente ele se pareceria mais com um *gatewatcher*, um “vigia” que, conforme observação de Barsotti (2014, p. 144-145), analisa os “diversos canais de informação na internet em busca de conteúdos que não tenham sido selecionados pelos critérios de seleção e filtragem da mídia convencional para serem redirecionados ao público”. Seu papel seria, portanto, avaliar o que pode ser notícia, e não apenas descartar o que não pode.

A teoria parece explicar bem as práticas dos jornalistas online e os resultados de seu trabalho. Na realidade, se levarmos em conta a questão da superabundância de informações na internet, o fluxo chamado por Marcondes Filho (2002, p. 115) de “circulação anárquica de dados na rede” e o potencial dos boatos de adquirirem valor de verdade, parece bastante sensato, mesmo necessário, a existência de profissionais incumbidos da missão de avaliarem os fatos dignos de serem considerados notícia, gozando assim da credibilidade jornalística. Isso porque, uma vez que um fato já tenha passado pelo crivo jornalístico, sua credibilidade é acionada como uma expectativa prévia.

Contudo, isso nos leva a um paradoxo. As práticas do jornalismo online têm evidentemente se distanciado daquelas que legitimaram a credibilidade do jornalismo enquanto prática social, pois transformou o jornalista em um profissional que trabalha basicamente com o que é produzido por outras pessoas. Mas ao mesmo tempo, em meio a internet e suas incalculáveis fontes de informação, a população necessita cada vez mais de

jornalistas que façam o trabalho de separar o que é relevante como notícia daquilo que não é. Como resolver essa problemática? Como dar solução a este cenário onde o jornalista online/sentado/ *gatewatcher* aparenta ser um “mal necessário”?

Para Barsotti (2014), ao citar autores como Millison (1999), Aroso (2005) e Wolton (2010), a solução seria compreendermos o papel do jornalista online como um mediador de informações, ou seja, “jornalistas profissionais que ajudem a distinguir o trigo de notícias de confiança e opiniões críveis do joio de rumores e propaganda que abundam na internet” (MILLISON, 1999 apud BARSOTTI, 2014, p. 206).

Seu papel não seria mais o da tradicional intermediação realizada pelos *mass media* noticiosos, que descobrem os fatos mundo afora, transforma-os em notícias e os levam ao público. Na *web*, mesmo os fatos tornados públicos em uma rede social já assumem *status* de notícias perante os leitores, logo esse modelo aparenta não ser mais funcional. O papel de mediador desempenhado pelo jornalista online deveria ser o de um curador, um avaliador, ou mesmo um guia ao leitor. É ele que em meio a uma imensidão incalculável de conteúdo possui conhecimento e aptidão para sondar e selecionar aquilo que é crível e que possui relevância e interesse público para se tornar material jornalístico. É o profissional jornalista que possui a perícia capaz de dar certificação de qualidade e confiabilidade a uma notícia (REIS; THOMÉ, 2018).

A vastidão de informações circulando nos ambientes virtuais e o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) de se informar é uma realidade cada vez mais consolidada e não aparenta retornar ao que era antes. Isso impõe a necessidade de existência do jornalista online mediador, que hoje é fundamental para aqueles que preferem se informar por meio da internet. A questão é que o jornalista online não fez desaparecer a figura do repórter que vai às ruas, aliás, nem deve ser este o seu papel. Mas antes, ele é um novo agente no campo jornalístico, que veio para somar e preservar a relação de confiança entre instituição jornalística e população.

Entretanto, o debate exige a realização de algumas perguntas: os jornalistas online têm se dado conta da importância de seu papel na nova cultura das sociedades conectadas? Eles têm zelado pela manutenção da credibilidade historicamente constituída pelo jornalismo e percebida pela população? A população confia no trabalho jornalístico online como outrora confiava no jornalismo impresso? O que se percebe empiricamente e os autores nos demonstram é que a resposta para as perguntas é não, embora existam exceções.

Considerações finais: possíveis caminhos

O desafio que se impõe aos atores sociais do campo jornalístico não é o de impedir as mudanças na atuação dos jornalistas, que se veem agora trabalhando em meio ao universo informacional que é a internet, nem impedir as transformações advindas com a informatização das sociedades e das redações. Como observam Ringoot e Utard (2005 apud PEREIRA; ADGUIRNI, 2011, p. 41), a prática jornalística é “um espaço múltiplo, heterogêneo, atravessado por uma tensão permanente entre ordem e dispersão, entre estabilidade e mudança”. Ou seja, transformações sempre estiveram presentes no campo jornalístico, e tentar impedi-las ou retarda-las é tarefa ineficaz. Também parece pouco produtivo buscar adaptar a credibilidade consolidada nas mídias de massa tradicionais ao jornalismo online. As diferenças estruturais de produção são profundas, o que dificulta a compreensão do público.

O desafio, portanto, é o de construir uma nova base de legitimidade do trabalho jornalístico online, como a única forma séria e eficiente de encontrar informações confiáveis em meio à internet. Só assim jornalistas online poderão desfrutar de credibilidade, como agentes legítimos e necessários à sociedade informatizada. Mas antes de conquistar legitimidade, o campo precisa urgentemente resolver os problemas estruturais que impedem o reconhecimento de qualidade em seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BALDESSAR, Maria José. **Apontamentos sobre o uso do computador e o cotidiano dos jornalistas**. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 24., 2001, Campo Grande, MS. Anais... Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2BALDESSAR.PDF>>. Acesso em: 18 maio 2021.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiências**. Florianópolis: Insular, 2014.

BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. **We Media: How audiences are shaping the future of news and information**. www.hypergene.net/wemedia, July 2003.

BRUNS, Axel. **Gatewatching: collaborative online news production**. New York (USA): Peter Lang Publishing, 2005.

DEIRO, Bruno Peixoto. **O ônus da agilidade no jornalismo online**. In: 9º Interprogramas de Mestrado. São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 2014. Disponível em:

<<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Bruno-Peixoto-Deiro.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2021.

IHITZ, Gretchen Ferreira. Jornalistas profissionais e os desafios da contemporaneidade nas empresas de Comunicação. **Temática**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, p. 195-208, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/24362/13351>>. Acesso em: 18 maio 2021.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, n. 24, p. 38-57, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208/12362>>. Acesso em: 10 maio 2021.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. Covilhã (Portugal): Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

REIS, Marco Aurelio; THOMÉ, Cláudia de Albuquerque. Jornal das Senhoras – a interatividade no primeiro jornal feminino editado no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 1, p. 162-177, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/5252>>. Acesso em: 24 jul 2021.

REIS, Marco Aurelio; THOMÉ, Cláudia de Albuquerque. **Novas funções e competências em emissoras de rádio ante o avanço das redes sociais digitais**. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2017, Curitiba, PR. Anais... Curitiba: Intercom, 2017. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2094-1.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2021.

SILVA, Rafael Pereira da. **A influência tecnológica sobre a prática jornalística**. In: 9º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto, MG. Anais... Ouro Preto: Alcar, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-influencia-tecnologica-sobre-a-pratica-jornalistica>>. Acesso em: 18 maio 2021.

SOSTER, Demétrio de Azevedo. **Credibilidade jornalística, conceito em transição**. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 29., 2006, Brasília, DF. Anais... Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1400-1.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.